

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.
SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.

**CONCURSO PUBLICO SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL EM
REGIME DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

**PROC-DP-65/2020 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE
ESPAÇOS VERDES NAS INSTALAÇÕES DA ÁGUAS DO DOURO E
PAIVA, S.A. E DA SIMDOURO, S.A.**

**ANABELA MARIA
GARCIA DOS
SANTOS**

Assinado de forma digital por
ANABELA MARIA GARCIA DOS
SANTOS
Dados: 2020.10.06 18:12:55
+01'00'

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO.....	4
2. ANÚNCIO	5
3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	5
5. TIPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO QUE SE REFERE AO MODO DE REMUNERAÇÃO.....	6
6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E PREÇO BASE.....	6
7. CONCORRENTES.....	7
8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	7
9. PROPOSTAS VARIANTES.....	8
10. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	8
11. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
12. ABERTURA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
13. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	9
14. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES.....	9
15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	10
16. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS	10
17. RELATÓRIO PRELIMINAR.....	11
18. RELATÓRIO FINAL.....	11
19. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	11
20. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO.....	11
21. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO	11
22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS	12
23. CAUÇÃO.....	13
24. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	13
25. DESPESAS.....	14
26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	14

ANEXOS

ANEXO I – DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO

ANEXO II – DECLARAÇÃO DO ANEXO I DO CCP

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA

ANEXO IV – LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

ANEXO V - MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

I. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

- I.1** O presente concurso adota a designação de “PROC-DP-65/2020 – Aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes das instalações da Águas do Douro e Paiva, S.A. e da SIMDOURO, S.A.”.
- I.2** O presente concurso público tem por objeto a escolha do cocontratante particular do contrato de aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes das instalações da Águas do Douro e Paiva, S.A. e da SIMDOURO, S.A., nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.
- I.3** As entidades adjudicantes são, ao abrigo do 39.º do CCP, a Águas do Douro e Paiva, S.A., doravante designada por **AdDP**, com sede na Rua de Vilar, n.º 235 – 5.º, 4050-626, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, do concelho do Porto, pessoa coletiva n.º 514 310 774, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, e a SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., doravante designada por **SIMDOURO** com sede na Rua Alto dos Chaquedas, 4400-356 Canidelo, do concelho de Vila Nova de Gaia, Pessoa coletiva n.º 514 310 103, matriculada na conservatória do registo comercial de Vila Nova de Gaia, ambas com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:
- ✓ Telefone: +351 220109300
 - ✓ Fax: +351 220109301
 - ✓ Correio Eletrónico: geral.addp@adp.pt
 - ✓ Plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico: <https://www.acingov.pt/>
- I.4** A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da AdDP, em reunião do dia 06/08/2020, e pelo Conselho de Administração da SIMDOURO, em reunião do dia 31/08/2020.
- I.5** A contratação é precedida do presente procedimento de concurso público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, c) e 130.º e sgs., ambos do Código dos Contratos Públicos.
- I.6** O procedimento de concurso público foi escolhido ao abrigo do critério consignado na alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.
- I.7** O contrato não compreende divisão em lotes por não se enquadrar na situação prevista no artigo 46.º-A do CCP.

2. ANÚNCIO

- 2.1** O anúncio do Concurso Público, indicado no n.º 1 acima, foi publicado no Diário da República, de acordo com o artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e suas posteriores alterações e republicações, doravante designados conjuntamente por CCP.
- 2.2** Incluídos no ANEXO I deste Programa do Procedimento, apresentam-se os documentos comprovativos do envio do anúncio para publicação no Diário da República

3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 3.1** As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
- 3.2** Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 3.1, devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.
- 3.3** Durante o prazo para apresentação das propostas, a Entidade Adjudicante facultará aos interessados a possibilidade de visita às instalações objeto do presente concurso e nelas realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.
- 3.4** A visita aos locais deverá ser solicitada, por escrito, nos primeiros 5 (cinco) dias após a publicação do anúncio, via plataforma eletrónica indicada no n.º 1.3 procedendo, posteriormente, a Entidade Adjudicante ao agendamento da visita.
- 3.5** O Processo do Procedimento é constituído pelas seguintes peças:
- a) O Anúncio;
 - b) O presente Programa de Procedimento;
 - c) O Caderno de Encargos.

4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 4.1** Os interessados podem dirigir às Entidades Adjudicantes, por escrito e através da plataforma eletrónica indicada no n.º 3.1, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, pedidos de esclarecimento relativamente a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como, neste mesmo prazo, apresentar uma lista de erros e omissões por si detetadas.

- 4.2** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do procedimento e através da plataforma eletrónica indicada em n.º3.1, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 4.3** A pronúncia sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, bem como os termos do seu suprimento aceites serão prestados, através da referida plataforma eletrónica, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 4.4** A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por período correspondente ao atraso verificado.
- 4.5** As Entidades Adjudicantes poderão, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e retificações de erros ou omissões das peças do procedimento até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para a apresentação das propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente.
- 4.6** As Entidades Adjudicantes poderão promover uma visita, a pedido dos interessados para que os mesmos possam analisar as peças e respetivos materiais que compõem o vestuário objeto do contrato a celebrar através de amostras do fardamento atual das Entidades Adjudicantes. O pedido deve ser efetuado até às 23:59:59 horas do terceiro dia após a publicação do procedimento na Plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico: <http://www.acingov.pt>.

5. TIPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO QUE SE REFERE AO MODO DE REMUNERAÇÃO

- 5.1** A prestação de serviços a concurso, de acordo com o modo de remuneração ao prestador, será executada em regime de série de preços.
- 5.2** A forma de pagamento é a regulada no Caderno de Encargos.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E PREÇO BASE

- 6.1** O contrato tem o prazo de vigência de **3 (três) ANOS** a contar da data a fixar no contrato OU pelo período que decorra desde essa data até que seja atingido o preço base fixado em 6.2 para cada entidade adjudicante, conforme o que ocorrer primeiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 6.2** O preço base do procedimento é de 155.000,00 EUR (cento e cinquenta e cinco mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, decomposto nos seguintes preços base, por entidade adjudicante:
- Águas do Douro e Paiva, S.A.: 70.000,00 EUR (setenta mil euros);

- SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A.: 85.000,00 EUR (oitenta e cinco mil euros).

6.3 Os preços base fixados nos pontos anteriores representam o preço máximo que as Entidades Adjudicantes se dispõem a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto dos contratos a celebrar.

6.4 A violação dos preços base implica a consequência prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

7. CONCORRENTES

7.1 Constitui requisito de habilitação, sob pena de caducidade da respetiva adjudicação, a inexistência de impedimento do adjudicatário, nos termos enunciados no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o **Anexo I** ao Código dos Contratos Públicos (em **ANEXO II** a este Programa do Procedimento);
- b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III**. Os preços unitários propostos incluirão todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às Entidades Adjudicantes;
- c) **Lista de preços unitários** de todas as espécies de serviços previstos, elaborada em conformidade com a lista de preços em **Anexo IV** ao presente Programa do Procedimento.
- d) Declaração, no caso de o concorrente ser um **agrupamento de empresas**, em que as empresas agrupadas assumem solidariamente a responsabilidade perante as Entidades Adjudicantes pela manutenção da sua proposta, e se comprometem, em caso de adjudicação, a constituírem-se em agrupamento complementar de empresas (ACE) ou a associarem-se, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, antes da celebração do contrato; a referida declaração, nos termos do **ANEXO V** do presente Programa de Procedimento, deve ainda indicar a respetiva participação de cada empresa associada e qual a empresa que representa o agrupamento para efeitos de notificação dos atos no decorrer do procedimento;

- 8.2** Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
- 8.3** A proposta deve ser acompanhada pela chave de acesso à certidão atualizada do teor de todas as inscrições em vigor respeitantes à empresa concorrente para efeitos de verificação da obrigação prevista no n.º 4 do artigo 57.º do CCP.
- 8.4** Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos elencados no ponto anterior devem ser **todos** assinados eletronicamente pelo concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de **assinatura eletrónica qualificada**, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos. A apresentação de ficheiros compactados nos termos referidos configurará causa de exclusão da proposta.
- 8.5** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, tais documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 8.6** No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o Concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 8.7** Quer a proposta de preço, quer a lista de preços unitários, se aplicável, serão expressos em euros, e não incluirão o imposto sobre o valor acrescentado.
- 8.8** A falsidade de qualquer declaração implica a exclusão do concorrente do concurso, qualquer que seja a fase em que se encontre o respetivo desenvolvimento.

9. PROPOSTAS VARIANTES

- 9.1** Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

10. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 10.1** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 10.2** Quando pela sua própria natureza, ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução legalizada, em relação à qual declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

II. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- II.1** A proposta, compreendendo todos os documentos que a devam integrar, nos termos previstos no ponto 8, será apresentada através da plataforma eletrónica indicada em 3.1, **até às 23:59:59 horas do dia 21/10/2020**, ou daquele que vier, eventualmente, a ser determinado por força de eventual concessão de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.
- II.2** O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos da proposta através da utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.
- II.3** A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos, nela, contidos.

12. ABERTURA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1** No dia útil subsequente ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica referida no ponto 3.1 deste Programa do Procedimento.
- 12.2** Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes publicada na plataforma eletrónica podem reclamar do facto, no prazo de 3 (três) dias contados da data da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 12.3** Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, o júri publicará uma nova lista dos concorrentes e no caso de não se encontrar a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o previsto nos números anteriores.

13. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

- 13.1** Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário.

14. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES

- 14.1** Os concorrentes obrigam-se a prestar, relativamente aos elementos que instruem as suas propostas, os esclarecimentos que o Júri considere necessários e considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

- 14.2** Os esclarecimentos solicitados nos termos do número anterior serão prestados no prazo que no pedido, por escrito, for fixado. Esse prazo não será superior a dez dias e a não apresentação de tais esclarecimentos ou de justificação considerada aceitável, dentro de tal prazo, implicará a exclusão da respetiva proposta.
- 14.3** Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 14.4** Às Entidades Adjudicantes assiste o direito de se poderem informar das condições técnicas atuais de qualquer dos concorrentes junto da entidade competente.

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 15.1** O critério de adjudicação é da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade de avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, sendo considerada a proposta com o mais baixo preço aquela cujo somatório dos preços apresentados para a execução do contrato da AdDP e da SIMDOURO, for o mais baixo.
- 15.2** Nas situações em que ocorra empate entre duas ou mais propostas, prevalecerá entre elas a que apresentar o mais baixo preço para a execução do contrato da SIMDOURO, S.A.
- 15.3** Se mesmo assim prevalecer algum empate entre propostas, prevalecerá entre elas a que apresentar o mais baixo preço para o Complexo de Lever.
- 15.4** Nas situações em que subsista a situação de empate, o desempate entre elas e a subsequente ordenação das propostas far-se-á, de forma sucessiva, e até que se obtenha a diferenciação, através dos preços unitários mais baixos propostos para a execução dos serviços compreendidos nos artigos seguintes, constantes da lista de preços unitários definidos para:
- 1.º Artigo: SIMDOURO – Preço unitário do serviço de jardinagem na ETAR de Paço de Sousa;
- 2.º Artigo: SIMDOURO – Preço unitário do serviço de jardinagem na ETAR de Paço de Gaia Litoral;
- 3.º Artigo: AdDP – Preço unitário do serviço de jardinagem na ETA de Castelo de Paiva.

16. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS

- 16.1** São excluídas as propostas que se enquadrem nas situações previstas nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

16.2 Constituem, ainda, motivo de exclusão das propostas as seguintes situações:

- a) Quando os documentos que as constituem não se encontrem todos assinados eletronicamente, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, conforme exigido nos n.ºs 8.2 a 8.4 do presente Programa do Procedimento;

17. RELATÓRIO PRELIMINAR

17.1 O Júri elabora um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação fixado no presente procedimento.

17.2 No relatório mencionado no número anterior, o Júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

17.3 O Relatório Preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri do procedimento, podendo os concorrentes pronunciarem-se sobre o seu teor no prazo de 5 (cinco) dias.

18. RELATÓRIO FINAL

18.1 Exercido o direito de audiência prévia referido no número 17.3, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão da entidade adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.

18.2 No caso previsto na parte final do número anterior, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos do 17.3.

19. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

19.1 Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de adjudicar.

20. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

20.1 A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.

21. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

21.1 Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem, designadamente, a fixação de limites legais à atuação das empresas públicas ou a emissão de orientações nos termos dos artigos 24.º e 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro ou do n.º 7 do artigo 5.º, do Decreto-Lei 92/2013, de 11 de julho;

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS

22.1 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da referida notificação, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e a que se refere a alínea a), do n.º I do artigo 81.º daquele diploma;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP;

22.2 Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira.

22.3 O modo de apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário deverá cumprir os termos constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tendo em conta o disposto no artigo 83.º - A do Código dos Contratos Públicos.

22.4 No prazo definido no ponto 22.1 deve ainda o adjudicatário entregar os seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação de Regulamento para Fornecedores disponível no website da Águas do Douro e Paiva, S.A., em <http://www.addp.pt>;
- b) Declaração de aceitação de Regulamento para Fornecedores disponível no website da SIMDOURO, em <http://www.simdouro.pt>;
- c) Declaração de Responsabilidade Social, elaborada de acordo com a minuta constante do **ANEXO VI** do presente Programa do Procedimento;
- d) Cópia das Apólices de Seguros e das respetivas condições gerais e particulares, de acordo com o estabelecido na Cláusula 15.ª do Caderno de Encargos.
- e) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para outorga do contrato,

acompanhada de título legitimador, caso a mesma não resulte diretamente da certidão a que se reporta a alínea seguinte;

- f) Identificação da pessoa, morada, número de fax e *email* para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato.

22.5 Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no n.º 22.1 e 22.4 devem ser apresentados por todos os seus membros.

22.6 Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica da entidade adjudicante.

22.7 No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder à respetiva supressão.

23. CAUÇÃO

23.1 Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP o adjudicatário encontra-se dispensado de prestar caução.

24. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

24.1 A minuta do contrato será aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

24.2 O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, nos termos do artigo 99.º do CCP.

24.3 Aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos e para pronunciar, querendo.

24.4 A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

24.5 As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

24.6 No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

24.7 Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

24.8 Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a Entidade Adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

25. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO

ANEXO I.A – DOCUMENTO COMPROVATIVO DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO DE ATOS NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

Submissão de Ato

Referência do Ato: 413449446

Identificação da Entidade: Águas do Douro e Paiva, S. A.

Morada da Entidade: RUA DE VILAR

PORTO

4050-626 PORTO

Contacto: geral.addp@adp.pt

Norma legal ou mera conveniência: DL 18/2008, de 29 de janeiro republicado pelo DL 111-B/2017, de 31 de agosto

Parte de ato: L) Contratos Públicos

Identificação da entidade emitente para efeitos de publicação, devem ser indicados o Ministério ou pessoa coletiva emitente, bem como o órgão ou serviço competente pela prática do ato. (nº3 do artº 13º do Regulamento de Publicação de Atos no Diário da República): Águas do Douro e Paiva, S.A.

Tipo de informação: Texto Integral

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Terça-feira, 6 de outubro de 2020

Número 194

PARTE L — CONTRATOS PÚBLICOS

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S. A.

Anúncio de procedimento n.º 11081/2020

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: Águas do Douro e Paiva, S. A.

NIPC: 514310774

Endereço: Rua de Vilar, 235-5.º

Código postal: 4050 626

Localidade: Porto

País: PORTUGAL

NUT III: PT11

Distrito: Porto

Concelho: Porto

Freguesia: União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

Endereço Eletrónico: geral.addp@adp.pt

2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: Contrato de aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes das instalações da Águas do Douro e Paiva, S.A. e da SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.

Descrição sucinta do objeto do contrato: O contrato tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes das instalações da Águas do Douro e Paiva, S.A. e da SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.

Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços

Preço base do procedimento: Sim

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes da Águas do Douro e Paiva, S.A. e da SIMDOURO, S.A.**, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no identificado caderno de encargos, nas condições técnicas e de prazo aí fixadas, pelos preços unitários propostos no **Anexo IV** os quais, aplicados às quantidades estimadas fixadas nas peças do procedimento perfazem o preço total estimado de EUR (..... Euros), que resulta do somatório dos seguintes preços totais estimados para cada Entidade Adjudicante:

- Águas do Douro e Paiva, S.A.: preço total estimado de ... EUR (.....), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado
- Simdouro, S.A.: preço total estimado de ... EUR (.....), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado

Data _____

Assinatura(s) _____

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

ANEXO IV

LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

Águas do Douro e Paiva, S.A.

Descritivo	Morada	Área Intervenção m²	Periodicidade	Proposta Preço Unitário Mensal por Instalação PERÍODO VERÃO Euros	Proposta Preço Unitário Mensal por Instalação PERÍODO INVERNO Euros	Proposta Preço Unitário POR SERVIÇO Euros	Proposta Preço Total por Instalação para 3 Anos Euros
				A	B	((A x 5) + (B x 7)) x 3	
Serviços Continuados							
Complexo de Lever (ETA, CEA, Lever Montante e Lever Jusante)	Rua Companhia das Águas, 706 4415-679 Lever	22 500	Quinzenal durante todo o ano				
Estação de Cloragem de Jovim	Rua do Tronco 4510-151 Jovim	2 050	Mensal durante todo o ano				
ETA de Castelo de Paiva (inclui Captação da Bateira)	Monte do Facho, Bairros e EN 225 4550 Castelo de Paiva	5 170	Quinzenal durante todo o ano				
ETA do Ferreira (inclui acesso ao Rio)	Rua de Piões – Modelos 4590-469 Paços de Ferreira	3 600	Quinzenal durante todo o ano				
ETA do Ferro (inclui captação do Ferro)	Lugar do Assento, Jogueiros - Felgueiras 4610-353 Jogueiros	270	Mensal durante todo o ano				
ETA de POUSADA	Rua Central da Tapada, n.º 576 Góve - Baião	1 150	Mensal durante todo o ano				
Serviços Esporádicos diversos		C				D	C x D
SEMENTEIRA de nova zona relvada, por cada 100 m2 de extensão	Passíveis de realizar em qualquer instalação constante da área de intervenção do presente concurso		estima-se 1 sementeira para o período de 3 anos				
PODA PROFUNDA com remoção de ramos, p/ destino final, de árvore de grande porte (até 15 m de altura)	Passíveis de realizar em qualquer instalação constante da área de intervenção do presente concurso		estima-se 1 poda (1 árvore) para o período de 3 anos				
PODA PROFUNDA com remoção de ramos, p/ destino final, de árvore de médio porte (até 30 m de altura)	Passíveis de realizar em qualquer instalação constante da área de intervenção do presente concurso		estima-se 1 poda (1 árvore) para o período de 3 anos				
Subtotal AdDP (E)							

SIMDOURO, S.A.

Descritivo	Morada	Área Intervenção m²	Periodicidade	Proposta Preço Unitário Mensal por Instalação PERÍODO VERÃO Euros	Proposta Preço Unitário Mensal por Instalação PERÍODO INVERNO Euros	Proposta Preço Unitário POR SERVIÇO Euros	Proposta Preço Total por Instalação para 3 Anos Euros
				A	B	((A x 5) + (B x 7)) x 3	
Serviços Contínuados							
ETAR GAIA LITORAL	Rua Alto das Chaquedas, Canidelo - Vila Nova de Gaia	10 000	Quinzenal de maio a setembro inclusive (5 meses) Mensal de outubro a abril inclusive (7 meses)				
ETAR DE FEBROS	Rua 5 de Outubro, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia	4 300	Quinzenal de maio a setembro inclusive (5 meses) Mensal de outubro a abril inclusive (7 meses)				
ETAR DE AREINHO	Rua do Areinho, 262 Vila Nova de Gaia	8 100	Mensal durante todo o ano				
ETAR de Paço Sousa	Rua Nova de Sades, Paço de Sousa	30 000	Quinzenal de maio a setembro inclusive (5 meses) Mensal de outubro a abril inclusive (7 meses)				
EE MEZIO	Rua Nossa Sr.ª dos Chãos (próximo do n.º 410), Bitarães	1 000	Trimestral durante todo o ano				
Serviços Esporádicos diversos			C			D	C x D
SEMENTEIRA de nova zona relvada, por cada 100 m2 de extensão	Passíveis de realizar em qualquer instalação constante da área de intervenção do presente concurso		estima-se 1 sementeira para o período de 3 anos				
PODA PROFUNDA com remoção de ramos, p/ destino final, de árvore de grande porte (até 15 m de altura)	Passíveis de realizar em qualquer instalação constante da área de intervenção do presente concurso		estima-se 1 poda (1 árvore) para o período de 3 anos				
PODA PROFUNDA com remoção de ramos, p/ destino final, de árvore de médio porte (até 30 m de altura)	Passíveis de realizar em qualquer instalação constante da área de intervenção do presente concurso		estima-se 1 poda (1 árvore) para o período de 3 anos				
Subtotal Simdouro (F)							
TOTAL 2 ENTIDADES ADJUDICANTES (E) + (F)							

ANEXO V

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a “...-...-.... –....”, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adotada) ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a empresa representará a associação perante as entidades adjudicantes devendo toda a correspondência ser enviada para (indicar endereço, telefone, correio eletrónico e fax).

As empresas associadas assumem perante as entidades adjudicantes responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas associadas assumem perante as entidades adjudicantes responsabilidade solidária passiva com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de prestação de serviço caso seja este o cocontratante.^(b)

As empresas associadas obrigam-se a submeter à prévia apreciação e autorização das entidades adjudicantes, qualquer alteração na composição da associação, sob pena de não fazendo, ver a sua proposta excluída ou, se for o caso, a adjudicação caducar.

Data _____

Assinatura (c) _____

^(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: “_____” (em maiúsculas).

^(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

^(c) - Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que as Entidades Adjudicantes venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar as Entidades Adjudicantes de quais são os fornecedores, subcontratados e subfornecedores que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito de execução do contrato;
- m) Informar os seus fornecedores, subcontratados e subfornecedores do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 201....

Assinaturas

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)